

A ESTÉTICA POLÍTICA DO PROTESTO: comunidades reassentadas em Tete, Moçambique¹⁻²

Elísio Macamo³
Cremildo de Abreu Coutinho⁴

RESUMO

Este artigo debruça-se sobre a relação entre a presença da indústria extrativa em Moçambique e a natureza do espaço político. Ele interroga-se sobre os processos políticos que essa presença desencadeia no contexto local. Esses processos consistem em reivindicações. O propósito analítico é de mostrar até que ponto essas reivindicações políticas produzem uma forma política específica. Damos a esta forma política o nome de “estética política” para destacarmos a importância que a forma de articulação política pode ter no conteúdo que dá substância ao espaço político. A pesquisa na base do artigo adoptou uma abordagem etnográfica e narrativa com o propósito de ancorar a análise no mundo social dos entrevistados e sua maneira de interpelar a sua própria vida.

PALAVRAS-CHAVE

Estética Política. Reivindicações. Contestação. Reassentamento. Línguas Sociais. Mecanismo Social. Desenvolvimento.

¹ Queremos agradecer os generosos comentários críticos feitos pelos dois pareceristas que tiveram a amabilidade de ler o nosso texto. Procuramos integrar todos os comentários críticos e esperamos que o texto tenha ficado melhor em resultado disso. A pesquisa na base do texto foi feita graças a um financiamento da Sociedade Alemã para a Pesquisa (DFG) no âmbito dum programa especial de promoção da pesquisa sobre a África (SPP).

² A composição do presente neste dossiê é resultado da articulação, no âmbito da rede de pesquisadores, a partir do Projeto “O ‘pós-colonial’ no mundo de língua portuguesa e o lugar das literaturas africanas na ‘literatura mundo’”, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES/PRINT-UFPE – Brasil. Cód. 001.

³ Professor do Departamento de Sociologia na Universidade de Basileia, Suíça.

⁴ Professor na Universidade de Púnguè, Moçambique. Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande de Sul, Brasil, Bolsista CAPES/Programa PEC-PG.

Introdução

“Ao ponto destes brancos [mineradoras estrangeiras, incluindo a Empresa Vale do Rio Doce] virem, significa que eles combinaram, nós entre nós o que vamos falar?” Eugênia⁵, deputada dum partido de oposição em Tete.

“Governador chegou lá, falou com reunião, depois falou mesmo perante de população, diz ‘vocês não queres sair ou mesmo querer sair, mas vão sair porque vocês estão em cima de dinheiro e está a cagar em cima de dinheiro, deixa estes brancos tirar este dinheiro, vocês vão sair’, falou.” Maria, médica tradicional.

“Outros dizem votem para o nosso país ir em frente. Agora para esses a população também diz, vocês não gostam de nós, gostam da empresa, quando chega tempo de eleições eles vão na terra deles votar e nós ficamos aqui. Então, quem vai votar em vocês?” Lúcia, autoridade tradicional.

O investimento em grande escala na indústria extrativa de Tete, uma província de Moçambique, está a ter efeitos sociais de interesse sociológico. Os três excertos de entrevistas que fizemos em agosto de 2017, nas cidades de Tete e Moatize assim como na aldeia de Cateme, no distrito de Moatize, revelam a costura desse interesse. São depoimentos de três pessoas com perfis diferentes, nomeadamente uma deputada, uma médica tradicional e uma autoridade tradicional. Os depoimentos convergem para a diluição do individual num coletivo em oposição a outros coletivos, a saber o “governo” e os seus parceiros económicos internacionais. Damos a este processo de diluição do individual no coletivo através da articulação de reivindicações o nome de “estética política”. A nossa referência teórica imediata é a “Estética sociológica” de Georg Simmel (1968), isto é, a procura da forma como o que é único destaca o que é típico, o que é accidental parece normal e o que é superficial e efêmero fica no lugar do que é essencial e

⁵ Nome alterado para proteger a fonte. Todos os nomes foram alterados pelas mesmas razões.

básico. Tal é a natureza do protesto local face à presença da indústria extrativa. Na forma linguística e estilística que os três depoimentos articulam a distância que separa as comunidades locais do governo e dos seus parceiros, nós vemos a descrição do processo através do qual o protesto como forma social (no sentido atribuído por Simmel ao termo “forma”) constitui uma sociabilidade própria do local, mas que manifesta algo universal, a reivindicação.

O trabalho dá seguimento a uma reflexão que vem sendo feita há vários anos. Em trabalho publicado em 2017, um dos autores chamava a atenção para a necessidade de articular o conceito de movimentos sociais com uma agenda intelectual atenta às condições específicas do continente africano. Nesse sentido, argumentava ele que o conceito de movimentos sociais implicava um programa de investigação inspirado na experiência política europeia e, portanto, potencialmente sujeito a limitações no estudo da contestação em contextos africanos. Interessava, assim, explorar ainda mais o sentido em que o protesto poderia ser visto como um tipo de ação social que torna possível a política (MACAMO, 2017)⁶.

O objetivo deste artigo é de descrever esta estética política. O seu ponto de partida é o interesse em compreender a relação que existe entre investimento externo de larga escala e processos políticos locais. A questão através da qual procuramos desvendar este mistério consistiu em procurar saber que processos políticos são desencadeados pela presença de investimento externo em contexto local. Partimos do princípio segundo o qual a resposta a esta questão nos permitiria constatar uma articulação entre esses dois fenômenos. Na verdade, a ideia de “estética política” resume a natureza dessa articulação. O investimento estrangeiro contribui para uma politização específica do contexto local.

⁶ Ver também Macamo (2012a, 2014) e ainda Schubert, Engel, Macamo (2018).

Essa politização reproduz os indivíduos como membros de uma comunidade em confrontação com um “inimigo externo” feito do governo e seus parceiros econômicos. Compreender as circunstâncias em que esta politização ocorre pode ser importante na tentativa de compreender a coerência sociológica dos contextos locais e da natureza do político. Há, com efeito, um certo sentido em que as reivindicações podem ser vistas como manifestações do que constitui e mantém uma comunidade política unida, ou dividida. Na medida em que as reivindicações parecem ser constitutivas da comunidade, elas oferecem-nos material interessante para uma melhor compreensão dos processos políticos locais. Neste sentido, a indústria extrativa em si e o discurso internacional que a articula com o neoliberalismo ou formas capitalistas de dominação não tem relevo neste trabalho. A presença desta indústria é vista por nós como uma mera oportunidade de descrever e analisar os impulsos locais por detrás da política. É por essa razão que o termo “estética política” está no centro da nossa preocupação analítica.

A abordagem metodológica foi essencialmente etnográfica no sentido em que privilegiou a descrição das experiências locais como manifestações de uma cultura partilhada⁷. Os dados na base do estudo consistem de entrevistas individuais⁸ de estilo narrativo e que foram analisadas com recurso ao aplicativo “MaxQDA”. A referência analítica foi a análise do discurso conforme sugerida por James Paul Gee (2011), sobretudo o instrumento analítico de “línguas sociais” que ele sugere como recurso para a reconstrução da identidade de quem fala. Optamos pela elaboração de uma lista de

⁷ A nossa referência imediata é Creswell (2007) que identifica várias abordagens epistemológicas na base do método qualitativo, dentre as quais a etnográfica. A importância que ele dá à partilha duma cultura interessou-nos como recurso analítico crucial para a recuperação do contexto normativo que torna os depoimentos inteligíveis.

⁸ No total 17 entrevistas com membros de comunidades reassentadas, deputados e ativistas sociais.

códigos *a priori* baseada na ideia de “línguas sociais”.

O protesto como um mecanismo social

A África tem registado taxas de crescimento económico surpreendentes, induzidas por um *boom* de recursos (McKINSEY; COMPANY, 2014). Tradicionalmente visto como um continente em crise, a sorte de África mudou radicalmente nos últimos anos. Isto ocorreu no contexto de uma grande mudança na economia mundial e também no que diz respeito à cooperação internacional: o surgimento de atores não tradicionais, os chamados países do BRICS.⁹ Estes países têm vindo a ganhar uma influência significativa nos assuntos globais (cf. KRAGELUND, 2011; UNECA, 2013) devido às suas extensas atividades mineiras e de construção, e têm produzido um forte efeito nas taxas de crescimento económico dos países africanos (BRAUTIGAM, 2009; TAYLOR, 2006). Especialmente no que diz respeito às preocupações sobre o atual pensamento em matéria de desenvolvimento, esta mudança significativa apresenta um pano de fundo particularmente interessante para analisar de perto o *boom* dos recursos de Moçambique. A ascensão destes novos atores, que variam em termos do seu contexto político, deve-se pouco à narrativa normativa acima referida da política e prática de desenvolvimento e lança dúvidas sobre o valor das recomendações políticas que são feitas aos países em desenvolvimento no quadro da nova arquitetura da ajuda¹⁰. No mínimo, o inquestionável sucesso económico dos BRICS parece mostrar que podem existir alternativas de desenvolvimento que não requerem necessariamente os tipos de medidas políticas que

⁹ A sigla refere-se ao Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul como economias nacionais recém-industrializadas e em rápido crescimento.

¹⁰ Para uma crítica vigorosa da narrativa normativa subjacente à política neoliberal, ver Chang (2002, 2010).

foram dadas aos países beneficiários através dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) e das políticas de “boa governação”. Isto é tanto mais verdade quanto, ao contrário dos seus parceiros ocidentais tradicionais, estes novos atores terem estado mais preocupados com os seus próprios interesses comerciais do que com os registos de desenvolvimento dos países beneficiários. Assim, eles representam cada vez mais um desafio para o pensamento dominante no desenvolvimento.

Moçambique é um dos países em África que viveu um *boom* de recursos com um forte envolvimento dos países BRICS. A cidade de Tete, no centro de Moçambique, acolhe várias empresas multinacionais, entre elas a multinacional brasileira *Companhia Vale do Rio Doce. A Vale S.A.* (como a empresa é chamada desde 2007) é uma das maiores empresas de mineração do mundo e, embora tenha registrado taxas de expansão assustadoras na África nos últimos 15 anos, também ganhou o opróbrio do “Public Eye Award” em 2012 quando foi tida como sendo a pior multinacional do mundo. Agora representada no “Hall da Vergonha”, a *Vale* recebeu esse prêmio por irresponsabilidade corporativa e desprezo pelo meio ambiente e pelos direitos humanos (cf. PUBLIC EYE AWARDS, 2014). Desde 2004, Moçambique figura entre os quase 40 países do mundo onde a *Vale* está presente. Em Tete, entre outras regiões de Moçambique, a multinacional comprometeu-se a investir mais de 3 mil milhões de dólares americanos para extrair 26 milhões de toneladas de carvão de coque bruto por ano, além de instalar uma central elétrica para atender à região central. Tudo isto está a promover o crescimento económico do país (cf. BRITO et al., 2012). Não surpreende, porém, que também em Moçambique a presença da empresa tenha suscitado uma série de críticas em relação ao desrespeito às normas ambientais e sociais e às consequências do deslocamento das comunidades locais para dar espaço à *Vale* para expandir suas operações de mineração.

Embora tivesse havido respostas positivas em relação à melhoria econômica e de infraestrutura que se esperava que fluísse do investimento da empresa para a maioria das pessoas “simples” que vivem nas regiões afetadas, a vida não parece ter mudado significativamente. Ao contrário das promessas da *Vale* e do Governo de melhores condições de vida, melhores infraestruturas, perspectivas de emprego e de rendimento, etc., os habitantes das regiões têm enfrentado, em vez disso, a apropriação de terras, reassentamentos, acordos não transparentes e, ao que parece, um sistema policial opressivo¹¹. Pesquisas demonstraram que, devido à falta de um quadro legal eficiente e de quadros políticos claros em relação ao uso da terra e às indústrias extrativas, não há limites oficiais para o aumento dos lucros econômicos dos administradores de empresas, políticos e funcionários públicos derivados do negócio de mineração (cf. BRITO et al., 2012).

Em reação aos esquemas de reassentamento iniciados pela *Vale* para desobstruir o terreno para a expansão de suas operações de mineração, as comunidades afetadas responderam com atos de resistência e protesto exigindo um acordo melhor. Numerosos relatórios descrevem a extensão do descontentamento local, já que as pessoas reagiram com ativismo violento e não-violento e boicotes contra o descumprimento das promessas e acordos de reassentamento associados ao setor, como o pagamento de indenizações, a reparação de casas danificadas, a resolução de questões como o desemprego, a falta de serviços de saúde e terras não férteis. Dadas as intervenções violentas e repressivas da polícia local e de funcionários do governo (por exemplo, durante os amplamente divulgados bloqueios de estradas em janeiro de 2012), tudo apontava para o confronto.

¹¹ Para uma análise detalhada das consequências devastadoras dos reassentamentos na província de Tete, veja o relatório da *Human Rights Watch* “O que é uma casa sem comida? A explosão e a reinstalação de minas de carvão em Moçambique” (2013).

No entanto, parece que a criação de uma “Plataforma da Sociedade Civil para os Recursos Naturais e a Indústria Extractiva”, onde grupos e representantes da sociedade civil se reúnem para reivindicar uma parte justa, colocou estas questões na agenda nacional e levou o governo a criar uma comissão para tratar do assunto (cf. BRITO et al., 2012).

A natureza conflituosa da relação entre o investidor estrangeiro e as comunidades locais, bem como a percepção generalizada de que o governo pode ter ficado aquém das expectativas devido à sua própria credulidade, pode não ser um bom presságio para Moçambique. A bênção latente da descoberta da sua riqueza mineral pode transformar-se numa maldição. Isto é tanto mais verdade quando há um forte envolvimento dos BRICS. Estes países não são conhecidos por serem particularmente entusiastas em relação à boa governação e direitos humanos. O Brasil, de onde vem a *Vale*, tradicionalmente não tem demonstrado muito interesse em apoiar programas de boa governação ou promover iniciativas de transparência para controlar e eventualmente evitar um pesadelo relacionado à abundância de recursos. Considerando a preocupação da comunidade internacional com a capacidade dos países em desenvolvimento de enfrentar os desafios trazidos por grandes reservas de recursos naturais, é legítimo perguntar sobre as perspectivas de desenvolvimento no contexto de um *boom* de recursos. Neste contexto, parece importante perguntar como os moçambicanos estão a reagir ao comportamento da indústria mineira, quais são as suas preocupações e reivindicações, como os políticos locais e nacionais respondem a elas e que papel é desempenhado pelos investidores.

Estas questões têm a ver com os problemas levantados pelo *boom* dos recursos em África e, mais especificamente, se são uma maldição ou uma bênção para um país como Moçambique. O projeto na base deste artigo discute estes problemas, tirando partido dos

conhecimentos teóricos resultantes das discussões sobre a tese da maldição do petróleo. O projeto geral tinha como foco pesquisar se e como o problema muda de caráter com novos atores e que ajustes a arquitetura tradicional da ajuda deveria fazer. Neste texto continuamos a interpelar estas questões, conceituando-as como manifestações de protesto, que podem ser entendidas de forma útil como “estética política”. Antes de olhar de perto para este conceito, seria útil contextualizar ainda melhor toda a temática através duma breve apreciação do conceito de “maldição de recursos”.

A tese da maldição do petróleo

No passado, muito esforço de pesquisa foi investido para chamar a atenção para a frágil estrutura institucional dos países em desenvolvimento e para as condições internacionais adversas. Estes foram considerados fundamentais para transformar a riqueza de recursos em uma maldição (BASEDAU; MEHLER, 2005; SCHAFFER; ZIYADOV, 2012; BOTCHWAY, 2011). Hoje, esses receios ganharam uma nova qualidade, uma vez que grande parte do crescimento econômico baseado em recursos em África é promovido pelos países BRICS, alguns dos quais têm um mau histórico de direitos humanos e algumas de cujas empresas são conhecidas por desrespeitarem padrões ambientais e sociais (cf. CHICHAVA; ALDEN, 2012; ZORZAL; SILVA, 2004). Neste contexto, chama-se frequentemente a atenção para casos famosos como Nigéria, Argélia, Irão, para citar apenas alguns, que podem ser considerados como tendo sofrido algum tipo de maldição de recursos e cujas populações sofreram com a deterioração econômica e a decadência política dos seus países exportadores de petróleo (cf. KARL, 1997; SMITH, 2008; SMITH, 2004; DUNNING, 2008). Embora estes representem exemplos impressionantes de como a gestão da extração de recursos pode ser desafiadora, pode-se sugerir que precisamente porque os novos investidores do Sul Global estão preocupados

apenas com os seus interesses comerciais e não com os planos de desenvolvimento, eles realmente abrem opções para respostas locais informadas pelo envolvimento ativo dos cidadãos no seu sistema político (JENSEN; WANTCHEKON, 2004).

Diz-se que a maldição dos recursos veio de várias formas, muitas vezes correlacionadas e multidimensionais: conflitos, guerra, corrupção, ditadura e fraco crescimento econômico são sintomas que a maioria dos países ricos em recursos naturais teve que experimentar (COLLIER; HOFFLER, 2004; HABER; MENALDO, 2011). Especialmente em África, onde o crescente interesse comercial por recursos naturais como petróleo, gás, carvão e cobre, entre outros, tem atraído o interesse tanto da pesquisa como do mercado, estes recursos têm sido responsabilizados pelos problemas persistentes do continente. Alguns têm abordado a questão em termos de um “paradoxo da abundância” (KARL, 1997), enquanto outros têm prestado mais atenção às causas e condições que ligam a riqueza dos recursos às deficiências políticas, sociais e económicas de uma nação. Eles tendem a afirmar que as contas do problema são tão diversas quanto as disciplinas envolvidas (cf. BASEDAU, 2005; GARY; KARL, 2003). Embora se pudesse obter alguma percepção através destas análises, a inter-relação dos vários fatores, bem como a complexidade dos seus efeitos diretos e indiretos, a curto, médio e longo prazo, tornaram extremamente difícil definir quando e até que ponto um país é suscetível de enfrentar a maldição dos recursos (para uma visão cética, ver BRUNNSCHWEILER; BLUTE, 2006).

Do ponto de vista da política de desenvolvimento, a maldição dos recursos apenas confirmou os perigos da má governação. Não surpreendentemente, a resposta que se pensou ser mais apropriada para enfrentar a maldição dos recursos foi “boa governação” (LEFTWICH, 1994; SANTISO, 2001; DORNBOOS, 2010). Este conceito está ligado às

preocupações com a democracia, instituições fortes, responsabilidade, transparência e participação, entre outros. Na reflexão sobre o desenvolvimento que surgiu na sequência dos programas de ajustamento estrutural e da consolidação do chamado Consenso de Washington (MKANDAWIRE, 2007; SZEFTTEL, 1998; ANDREWS, 2008), a “boa governação” foi a constatação de que as boas políticas econômicas e as medidas técnicas de infraestrutura por si só não eram suficientes para fazer política de desenvolvimento. Em sintonia com a tradição neoliberal subjacente à maior parte do pensamento de desenvolvimento que surgiu nos anos oitenta do século passado, o conceito de “boa governação” colocou ênfase nos valores políticos associados às propriedades das democracias liberais, nomeadamente o Estado de direito, a responsabilidade, a transparência e a participação. Em outras palavras, após quase uma década de concentração nos programas de reajustamento estrutural, a atenção das principais instituições na política e prática de desenvolvimento internacional mudou das reformas neoliberais de mercado e crescimento econômico para a crença de que “transparência é importante” (cf. CHHOTRAY; STOKER, 2009; JENKINS, 2001). Transparência e responsabilidade é o que se espera que a “boa governação”, ou seja, instituições que trabalham com precisão e políticas bem projetadas, para que o desenvolvimento aconteça. A multiplicação de programas e iniciativas de governação como a coligação “Publish What You Pay”, a “Extractive Industries Transparency Initiative”, a “Global Partnership for Social Accountability” do Banco Mundial (cf. BANCO MUNDIAL, 2012; McNEIL; MALENA, 2010) e outras iniciativas deste tipo são responsáveis por esta filosofia amplamente promovida. Não se esperava que os governos receptores de ajuda empreendessem apenas reformas políticas a favor dos mercados livres e da democracia liberal. Eles também tinham de prometer implementar medidas reconhecidas

internacionalmente em nome da “boa governação”. Por um lado, isto aproximava-se de uma constatação de fracasso à medida que a política de desenvolvimento enfrentava o fato de “que o ajustamento era uma questão política, com grandes impactos da produção e distribuição de recursos” (CHHOTRAY; STOKER, 2009, p. 99; ver também NANDA, 2006; DOORNBOS, 2001). Por outro lado, apontava também para uma ideia oculta, mas crucial, de transferir a responsabilidade pelo sucesso e fracasso dos planos e esforços de desenvolvimento dos projetistas para os beneficiários. Embora haja muito a elogiar na ênfase colocada na propriedade e não na condicionalidade¹², há motivos para ser cauteloso. De fato, o sucesso dos programas de boa governação não é claro, embora já existam programas para este fim há algum tempo (cf. p. ex. EASTERLY, 2006; ver MACAMO, 2010 para um exemplo empírico). Além disso, estes programas baseiam-se em pressupostos epistemológicos que precisam de ser abordados de forma crítica se quisermos adotar uma perspectiva analítica não-normativa sobre a mudança histórica, social e política em África.

Na verdade, nenhuma empresa mineira permanecerá sem um impacto económico, social e político significativo. Este impacto também nunca permanecerá incontestável, e muito menos será visto inteiramente de forma positiva, tendo em conta os interesses económicos e políticos frequentemente conflituosos envolvidos e a forma como são percebidos pela população afetada (cf., por exemplo, KARL, 1997). Embora possa haver um consenso geral sobre o significado dos investimentos estrangeiros em larga escala em recursos naturais como os que se realizam em Moçambique, o interesse que eles podem ter por uma compreensão do que permite o desenvolvimento precisa de ser mais explorado. Isto pode levar a uma de duas linhas de raciocínio.

¹² Para uma crítica da condicionalidade ver Collier (1997).

Pode-se adotar a perspectiva dominante de desenvolvimento e considerar que esses eventos são uma ameaça aos esforços de ajuda da comunidade internacional nos países em desenvolvimento que, sem as medidas corretas de transparência e responsabilidade, estarão condenados ao fracasso. Esta perspectiva tem sido alvo de críticas consideráveis, especialmente a partir de abordagens informadas pelo que é conhecido como “crítica pós-desenvolvimento”¹³. De fato, vários autores sublinharam a importância de abordar as mudanças sociais e políticas de uma forma não-normativa, tirando partido de perspectivas analíticas que favorecem o acaso e a abertura, em vez da previsibilidade e controlo. Um desses autores é James Scott (1998), cujo livro pode ser lido como uma acusação do pensamento de desenvolvimento dominante. Ele aponta os efeitos perniciosos da lógica totalitária subjacente ao que ele descreve como “esquemas para melhorar o bem-estar humano”. Seu apelo por mais respeito e atenção ao “métis”¹⁴ espelha sua preocupação com a capacidade de reagir e lidar com a natureza inerentemente incerta do desenvolvimento. Embora intervenções burocráticas em larga escala baseadas em fórmulas e na lógica de controle e apropriação ironicamente não tenham tido sucesso, “métis [...] é plástico, local e divergente [e é] sua contextualidade, e sua fragmentação que o torna tão permeável, tão aberto a novas idéias”¹⁵ (SCOTT, 1998, p. 332). Alegações semelhantes são refletidas na obra de William Easterly (2006) “The White Man's Burden”, que lançou as bases para sua acusação massiva de política de desenvolvimento e forneceu a fundamentação para sua sugestão de que os esforços de desenvolvimento deveriam seguir a lógica dos “buscadores”, ao invés da dos “planejadores”. Estes últimos

¹³ Para um bom resumo do argumento ver Ziai (2004).

¹⁴ Scott usa esta noção para se referir ao conhecimento cotidiano tácito e prático que se baseia na experiência contextual, dando pequenos passos, aprendendo com os erros, corrigindo-os e avançando.

¹⁵ Todas as citações foram traduzidas para a língua portuguesa pelos autores para facilitar a leitura.

têm, segundo Easterley, falhado constantemente em alcançar os seus objetivos utópicos predefinidos. Pedindo emprestado a Karl Popper (1989), a contra sugestão de Easterly à atual “engenharia social utópica” na prática do desenvolvimento é um apelo para soluções fragmentadas. Estas são supostamente para satisfazer as necessidades procuradas pelos grupos locais quando se envolvem na política. Scott e Easterly chamam a atenção para o fato de que as prescrições universalistas do conhecimento do desenvolvimento correm o risco de limitar nossa capacidade de apreciar a diversidade, a complexidade e a natureza fundamentalmente aberta da história.

A outra linha de raciocínio rejeita abordagens prescritivas e concentra-se, em vez disso, numa análise descritiva e não-normativa dos processos reais à medida que estes se desdobram. Isto está de acordo com a crescente importância da ideia de “mecanismos sociais” dentro da sociologia (HEDSTRÖM; SWEDBERG, 1998; DEMEULENEARE, 2011; AAKVAAG, 2012). A ideia procura dar conta da relação entre dois fenômenos ou eventos sem recorrer à lógica causal. Na verdade, é um conjunto de afirmações sistemáticas que descrevem tal relação e, ao fazê-lo, sugerem um relato de como certas coisas chegaram a ser como são. Esta é uma ideia convincente no contexto das discussões sobre política de desenvolvimento, pois sugere que deve ser dada muito mais atenção ao contexto local do que tem sido o caso para além dos protestos de costume sobre a importância da participação e propriedade. Ela cumpre uma exigência que alguns começaram a fazer dentro da sociologia e que consiste em prestar ainda mais atenção ao contexto local como constitutivo do mundo social (FINE, 2010).

Os dois fenômenos que articulamos no nosso estudo são o investimento direto estrangeiro e os potenciais resultados de desenvolvimento. O mecanismo social interveniente consiste nos processos políticos que são desencadeados pela presença da

empresa mineira brasileira. Nossa abordagem de reivindicações políticas é informada pelo extenso trabalho que vem sendo realizado no contexto do estudo dos movimentos sociais e da contestação (para uma revisão das deficiências analíticas, ver MACAMO, 2012a). Extraímos do trabalho de Tilly e Tarrow (2007) formas de identificar características comuns e recorrentes de contestação. Um aspecto central da pesquisa focaliza é a ideia de reivindicações coletivas e sua natureza basicamente aberta em relação aos resultados (TILLY, 2004). É particularmente a sugestão de que a democracia pode ter sido um resultado contingente de políticas controversas (TILLY, 2004, p. 6) que torna a sua abordagem interessante para o projeto geral no qual inserimos este texto, uma vez que também assumimos que o desenvolvimento pode ser melhor entendido como um resultado contingente de processos históricos. A presença do investimento estrangeiro produz um espaço político *sui generis*.

O significado de abordar processos políticos contestatórios

Até agora, não tem sido dada muita atenção ao potencial da política contestatória local para revelar as condições que favorecem, ou minam, as mudanças sociais progressivas e os resultados positivos do desenvolvimento à luz da abundância de recursos. No entanto, devido às implicações problemáticas anteriormente elaboradas dos pressupostos subjacentes a tal pensamento, queremos abordar os processos políticos contestatórios desencadeados pela presença da *Vale*, que envolvem uma reivindicação coletiva e, por sua vez, provocam reações por parte do órgão político local (e nacional). Acreditamos que, embora por vezes violentos e perigosos quando vistos de fora, esses confrontos e expressões de descontentamento dos cidadãos atestam uma população ativamente engajada reivindicando sua real participação em uma causa política. E mesmo

que ninguém saiba que rumo tomará o processo ou que mudanças provocará, o fato de envolver uma negociação real de interesses entre a população afetada e as partes interessadas da política e da economia suscita esperanças de um caminho aberto de desenvolvimento que seja genuinamente sustentável¹⁶, pois está fundamentado localmente.

Embora considerado do ponto de vista do desenvolvimento, parece bastante ousado articular tal hipótese, questões como estas representam um desafio necessário aos fundamentos epistemológicos do conhecimento sobre o desenvolvimento, tal como está representado na política e prática de desenvolvimento atuais. Como mostrado até agora, o conhecimento atual sobre desenvolvimento atribui a responsabilidade e a capacidade de fomentar o desenvolvimento a planos políticos internacionais de grande escala, ao invés de estratégias negociadas localmente em pequena escala. A questão que esta crença na intervenção estrangeira em larga escala levanta, contudo, é se os pressupostos que lhe estão subjacentes são suficientemente adequados para uma compreensão da natureza das mudanças que estão a ter lugar em África. Por outras palavras, quão úteis e relevantes são os conceitos de desenvolvimento para uma compreensão adequada do que está a acontecer no continente africano?

Como mostra o caso de Moçambique, existe uma variedade de reações e processos ativados pela presença da *Vale*. Se quisermos abordar as questões se e como elas contribuem para a criação de condições que permitam um desenvolvimento positivo, precisamos olhar para aqueles eventos que envolvem “interações nas quais os atores fazem reivindicações com interesses ou programas compartilhados, nas quais os governos

¹⁶ Entendemos o desenvolvimento sustentável como um processo fortemente enraizado numa lógica política local, portanto, atenta aos anseios locais. A política, nessas circunstâncias, não é simplesmente a tradução de conceitos estrangeiros. O que acontece localmente dá substância a esses conceitos.

estão envolvidos como alvos, iniciadores de reivindicações ou terceiros” (TILLY; TARROW, 2007, p. 4). Embora a ação coletiva e a contestação possam e, de fato, ocorram em ambientes não políticos, a inclusão de atores políticos, ou seja, governamentais, tem sido essencial para os processos de democratização em diferentes países e épocas, como Tilly demonstrou (1997, 2007). Tal como o ajustamento estrutural, a boa governação ou a responsabilidade social, a “democratização”, quando considerada como o objetivo e o resultado de iniciativas de desenvolvimento em larga escala, perde de alguma forma o seu potencial original e torna-se mais uma tentativa de tentar controlar os processos históricos. Autores críticos como Scott (1998) e Abrahamsen (2000) chegaram ao ponto de sugerir que a nova agenda de reformas pode ter como objetivo tornar os países em desenvolvimento legíveis e disciplinados, entregando-os assim à intervenção neoliberal¹⁷. No entanto, embora manchada por uma retórica normativa utópica de desenvolvimento, se a democratização for vista como um processo que favorece “uma participação política ampla e relativamente igualitária combinada com a consulta obrigatória dos participantes políticos sobre pessoal, recursos e políticas governamentais, mais a proteção dos participantes políticos contra a ação arbitrária dos agentes governamentais” (TILLY; TARROW, 2007, p. 66), ela parece, de fato, desejável. Curiosamente, políticas controversas não são consideradas como salvaguardas para condições democráticas. De acordo com estudos de contestação, a des-democratização é um resultado tão provável de processos contestatórios quanto a democratização.

Esta percepção levanta uma importante questão epistemológica. O pressuposto de que o desenvolvimento não é apenas um objetivo, mas também o destino de todos os

¹⁷ Uma observação, que um dos autores do presente artigo também fez numa análise anterior do Programa de Ajustamento Estrutural de Moçambique (SAP, cf. Macamo, 2006b).

países pode explicar a crença na ideia de que os países respondem da mesma forma aos estímulos externos. A crença de que existe uma norma universalmente válida para a avaliação da mudança histórica revela uma suposição teleológica altamente problemática com base na qual a política e a prática de desenvolvimento tem procurado tornar o mundo inteligível e passível de mudança. Com base na ideia de que o mundo está racionalmente ordenado e, portanto, capaz de responder aos estímulos causais, a principal preocupação da comunidade de desenvolvimento tem sido implementar planos e iniciativas supostamente universalmente aplicáveis, a fim de promover o desenvolvimento. Assim, a política de desenvolvimento foi concebida como se os resultados positivos do desenvolvimento pudessem ser conceptualizados como uma resposta direta a um conjunto discreto de fatores, incentivos e atitudes corretas implementadas por indivíduos e instituições de atuação razoável (ver também MACAMO, 2013; ABRAHAMSEN, 2000). Ao fazê-lo, porém, as últimas décadas de ajuda institucionalizada levaram a pensar na política em África que não só tende a ser altamente normativa, como também não conseguiu compreender as mudanças que estão a ocorrer atualmente no continente africano. É claro que, embora represente uma visão muito reconfortante, a ideia de um progresso social e político que se realiza de forma linear e causal não pode ser defendida como realista ou praticável (para uma crítica útil a este raciocínio, ver TENBRUCK, 1989). Abordar a política local das formas sugeridas pela literatura sobre protestos pode oferecer uma saída analiticamente útil para este problema.

O desenvolvimento resiste à definição e avaliação da forma como o aparelho de desenvolvimento internacional tem pensado sobre ele. Ao contrário, é uma questão profundamente política e contingente. Esperamos defender uma compreensão do desenvolvimento como um processo em constante contestação e mudança moldado pela

política local, ou seja, como uma comunidade política engaja os decisores, contesta as políticas e se mantém firme. A natureza da política local não tem de ser declaradamente democrática, mas esperamos descobrir em que condições a contenda pode gerar política democrática e desenvolvimento. Em outras palavras, as chances de sucesso do desenvolvimento dependem em grande medida da natureza e da qualidade das negociações políticas diárias de interesses entre os cidadãos e seus políticos, e não de programas normativos de transparência e responsabilidade em larga escala (ver também JENKINS, 2001).

O acima mencionado levanta duas questões relacionadas que vale a pena considerar seriamente. Para compreender o que está em jogo no *boom* de recursos de Moçambique pode ser útil procurar descrever e analisar os processos políticos desencadeados pela presença de uma empresa estrangeira. O caso do investimento estrangeiro brasileiro em Moatize (Tete) pode ser útil. A partir da coleta de material sobre o reassentamento na comunidade de Cateme e a reação ao reassentamento, pode-se também abordar questões jurídicas perguntando sobre o quadro jurídico dentro do qual o investimento estrangeiro, o reassentamento de pessoas e as respostas locais ocorrem.

O estudo parte da identificação de um incidente particular - o reassentamento de uma comunidade local pela empresa mineira brasileira - como seu principal objeto. Isto levanta algumas questões metodológicas relativas ao fato de que os eventos só podem ser recuperados através da coleta de dados dos parceiros da entrevista. Há, portanto, um sentido no qual o objeto não está disponível para observação direta, o que, de certa forma, exigiria uma abordagem histórica. A escolha de uma abordagem analítica etnográfica com cunho narrativo foi concebida para lidar com este problema. Na verdade, o aspecto narrativo apoia-se no tipo de abordagens (CZARNIAWSKA, 2004; ELLIOT, 2005) que

veem a vida social, especialmente a ligação entre ação e evento, como uma narrativa decretada (CZARNIAWSKA, 2004, p. 4). Isto implicou a recolha de dados com base em entrevistas com membros da comunidade reassentada (incluindo ativistas). Estão incluídos neste tipo também documentos (documentos jurídicos, literatura cinzenta etc.), assim como atas ou resumos de conversas informais realizadas no local. Seguindo o rigor da pesquisa narrativa, este material foi submetido a um processo analítico inicial, durante o qual prestámos atenção às formas de “plantio” (WHITE, 1973, p. 1987), ou seja, como os indivíduos usam modelos culturais para articular eventos numa narrativa coerente. Esta análise produziu perspectivas etnográficas sobre o reassentamento.

Quais são os processos políticos desencadeados pelas operações da Vale em Moatize?

O campo de estudo envolvido nesta questão é o campo mais amplo da política contestatória, conforme definido por Tilly e Tarrow (2007). A pesquisa foi realizada na pequena cidade de Moatize¹⁸, onde estão concentradas as operações de mineração da Vale, e no assentamento de Cateme, onde as comunidades locais foram realocadas. A pesquisa concentrou-se num evento chave, o reassentamento dos habitantes de Moatize para Cateme, e as atividades de protesto na sequência dessa medida. A unidade básica de estudo foi uma amostra típica de indivíduos afetados pelas medidas e ativistas locais defensores da causa das comunidades locais e decisores políticos¹⁹. As entrevistas narrativas foram aplicadas para obter histórias locais sobre o processo de reassentamento de indivíduos afetados pelas medidas de reassentamento, com foco na forma como essa experiência moldou suas reivindicações. As entrevistas foram gravadas, transcritas e com

¹⁸ A cidade de Moatize está a 20 Km da cidade de Tete. É nessa cidade onde a empresa Vale tem as suas minas.

¹⁹ Queríamos ter também entrevistado funcionários da *Vale*, mas estes recusaram-se. Algumas informações foram-nos facultadas a título privado por funcionários que não falavam em nome oficial da empresa.

a ajuda do programa de análise qualitativa MaxQDA analisadas com referência aos tropos que os entrevistados usam para dar sentido à sua experiência. Foram também realizadas entrevistas informais com ativistas e decisores. O principal objetivo dessas entrevistas foi de colher as suas sensibilidades em relação ao processo de reassentamento²⁰.

Resultados

Conforme mais acima indicado, analisámos as entrevistas com recurso a uma lista de códigos *a priori* cuja principal preocupação era recuperar dois momentos discursivos. O primeiro momento discursivo tinha a ver com o lado etnográfico dos depoimentos e o segundo tinha a ver com o seu lado narrativo. O entendimento que nós emprestamos à noção de “etnografia” apoia-se nos desenvolvimentos mais recentes da pesquisa qualitativa (CRESWELL, 2007) que usa o termo não no sentido tradicional de descrição apurada de uma comunidade original, mas sim como sensibilidade para a maneira como o que as pessoas dizem ou fazem revela uma cultura partilhada. Neste sentido, a abordagem etnográfica pela qual optamos não implica nenhum compromisso com a ideia segundo a qual as comunidades reassentadas de Tete representariam uma unidade étnica ou primordial. Embora predomine, de fato, um grupo étnico, os Nyungue, o que determinou a nossa caracterização da comunidade como tal foi apenas a sua experiência existencial num lugar bem específico que é a vida num centro urbano marcado por forte atividade econômica extrativa. Não vemos a cultura que o grupo partilha como algo anterior aos indivíduos e que é evocado para disciplinar a ação. Vemo-la, antes, porém, como um conjunto de regras heurísticas moldadas pela rotina do cotidiano. O recurso a

²⁰ Tratando-se duma contribuição para uma reflexão pontual não nos parece oportuno concentrar toda a atenção numa discussão mais minuciosa dos aspectos metodológicos. A nossa intenção é de partilhar com os leitores parte importante do raciocínio metodológico na base das conclusões a que chegamos.

esse conjunto de regras está na base da construção do sentido de comunidade, mas uma comunidade esquivada em que o sentido não pode ser dado por adquirido.

O segundo momento discursivo é narrativo. Ele concentra a atenção na maneira como através da fala é possível identificar o que é relevante e importante para os interlocutores. O relevante e o importante são um testemunho sobre as estruturas sociais de relevância. Por exemplo, no excerto que a seguir reproduzimos, um entrevistado ativista disse-nos o seguinte: *“E, quando começam a surgir manifestações a partir de Cateme, nós fomos correndo para lá, para nos aperceber do que estava a acontecer e vimos de fato muita gente, alguns detidos, algumas pessoas feridas, é daí que começa a suscitar interesse do nosso lado para dar seguimento”*. Ele fala de uma manifestação em Cateme, uma povoação criada pela Vale para o reassentamento das populações, e à qual as autoridades policiais reagiram de forma violenta. O entrevistado destaca as detenções e ferimentos como marcadores do que pode justificar o interesse da sua organização. Tais erupções constituem espaço ideal para a reprodução de uma organização que faz “advocacia”. Prestar, portanto, atenção a estes marcadores constitui condição essencial para determinar de que maneira o espaço social se constitui.

Os códigos *a priori* que determinamos para a análise resumiram-se a três, nomeadamente “línguas sociais”, “bens sociais” e “relevância”. Com as “línguas sociais” quisemos trazer à superfície a maneira como os nossos interlocutores nos seus depoimentos vincaram quem eles são e que lugar eles ocupam no contexto geral criado pela presença da indústria extrativa. O código “bens sociais”, por sua vez, incide sobre o que é valorizado pelos nossos interlocutores como algo suscetível de estar no centro da cadeia política distributiva. Finalmente, com “relevância” quisemos simplesmente apurar como os nossos interlocutores se posicionam em relação a tudo quanto ocorre no seu

cotidiano. Para cada um destes códigos identificamos dois subcódigos que nos permitissem fazer uma certa diferenciação. Assim, para as “línguas sociais” identificamos “identidades sociais” e “padrões estilísticos”, isto é, primeiro, elementos que marcam uma certa maneira de estar no mundo e, segundo, formas de descrever o lugar ocupado no mundo. Para os “bens sociais” identificamos o “positivo” e o “negativo”, isto é, focalizamos a nossa atenção no contraste. Fizemos o mesmo com o código “relevância” em termos de magnitude, portanto “maior” ou “menor”.

A análise do subcódigo “padrões estilísticos” revela uma particularidade linguística interessante. Quando as pessoas falam de si próprias utilizam formas passivas. Elas não são os atores do que acontece, mas sim agentes passivos que sofrem consequências. Quando tomam a iniciativa, porém, é sempre em reação ao que outros fizeram. É assim, por conseguinte, que se narra a história da presença da indústria extrativa como um processo em que o governo e seus parceiros retiraram as pessoas dos seus lugares de habitação com promessas de melhores condições de vida através da construção de novos aldeamentos com casas melhoradas e extensão rural assim como com o benefício de uma percentagem do lucro das atividades dessa indústria. Tudo o que acontece depois é apenas a reação das pessoas à falta de cumprimento das promessas e à deterioração das condições de vida.

O subcódigo “identidades sociais” enfatiza justamente a vulnerabilidade das pessoas. Tudo o que lhes acontece, acontece porque são camponeses, levam uma vida precária dependente da agricultura familiar e de subsistência, não têm como e onde reclamar se as coisas não vão bem. Esta identidade social subalternizada é, curiosamente, partilhada também pelos ativistas e pelos políticos entrevistados, incluindo os que são do partido no governo. O segmento que reproduzimos a seguir descreve muito bem a

situação e foi extraído duma entrevista com uma deputada do partido no governo: “*Eles é que sabem. Nós levamos a informação para eles resolverem os problemas. Se eles não resolvem o que podemos fazer? O que fazer? É só reparar. Há hospedes brancos, se somos nós pessoas que vamos acabar é só ficar assim. Vamos ver no futuro, talvez poderão mudar, talvez podem mudar, não sei*”. Torna-se aqui visível uma oposição social que desempenha um papel importante na esteticização política como iremos discutir mais adiante.

Com respeito aos “bens sociais” o destaque vai para o valor que é conferido à promessa. O “bem social” não é a casa melhorada, nem a compensação monetária recebida. De igual modo, o “mal social”, por assim dizer, não são as precárias condições de vida, por exemplo, as explosões constantes que criam rachas nas paredes das habitações, o pó do carvão que se abate sobre as culturas agrícolas etc. O “bem social” é o cumprimento da promessa feita para a melhoria das condições de vida, a resposta atempada às reivindicações, a atenção pelos problemas que as pessoas apresentam. Neste sentido, não é o pó do carvão que constitui um problema, mas sim a consciência de que isso acontece a eles porque é deles que se trata, não têm onde reclamar. Este depoimento documenta bem o sentimento: “*Lhe chamar vir falar conosco manda governo que vem aqui. Aqueles falaram que vamos fazer tudo por tudo, quando chegamos aqui não apareceu nada. Disseram vão, vão acabar cinco anos a receber comida. Quando chegamos aqui recebemos uma vez só, comida. Eles foram, foram de vez. Vão receber dois hectares de machamba, quando chegamos aqui recebemos um hectare. Esse outro até hoje. Depois até hoje estamos em confusão. Nunca a Vale apareceu aqui para vir falar connosco. Fazemos documento ir entregar na Vale, entregar no governo nenhum resposta nos dá. Para aparecer estrada aqui fizemos greve. Mas mandou governo, policia*

cá FIR²¹ vir nos bater não fazer... não fazer greve. Até outro ficar de cadeia, outro ferido por causa de dizer queremos o quê? Estrada, aqui não temos estrada. Isso foi grande confusão, porque vocês pediram estrada? Lá em Chipanga vocês não tinham estrada? Tinha, mas aqui também tem que ter. Não, porque vocês aqui receberam bonitas casas. Mas no dia ante vale não falou isso.”

Finalmente, a relevância manifesta-se através de tudo quanto precisa de acontecer para desencadear ações com consequências. Assim, merece destaque para os nossos interlocutores a reação da *Vale*, das autoridades e da sociedade civil para qualquer manifestação local. Os membros da comunidade sabem que ações às quais eles dão o nome de “greve” – na verdade, manifestações de protesto como o bloqueio da linha ferroviária para impedir a passagem do comboio da *Vale* – vão suscitar reação e isso vai colocar as suas preocupações na agenda. Diz uma entrevistada: *“Nós concordamos que sim e ficamos. Ficamos sempre na expectativa de sermos tirados, mas até agora nada. Fizemos greve, é que vocês fecharam as machambas, não estamos a capinar, estamos a sofrer, com aquele carvão que sai daí, já não está sendo possível produzir comida naqueles locais. É verdade que há problemas de água, mas nós cultivamos e regamos com motor, mas aquela verdura que sai daí não ajuda para nada, sai com como carvão, com a cor do carvão. Tudo carvão quando tentas comer sente na boca que já não é saborosa, é assim que estamos a viver, no sofrimento.”*. A “greve” ativa as preocupações das pessoas.

O espaço não permite uma análise detalhada do material. Tudo quanto podemos fazer neste artigo é apenas dar uma ideia geral de como trabalhamos o material recolhido.

²¹ Força de Intervenção Rápida (polícia especial).

O que se torna evidente a partir do pouco aqui descrito é que há uma “politização” da presença da indústria extrativa. Essa “politização” ocorre ao longo dos três momentos descritos pelos códigos aqui trabalhados. Cria-se um lugar de enunciação que descreve uma comunidade vítima que se relaciona com os seus agressores com base numa ordem normativa que não é respeitada e que recorre a certas ações para se fazer sentir. Do ponto de vista de uma abordagem etnográfica estamos em presença de indivíduos que usam a sua condição subalterna para ativarem e legitimarem reivindicações decorrentes do que eles acham que outros lhes fizeram. Nesse processo, a articulação de reivindicações apresenta uma característica sociologicamente interessante. Com efeito, a reivindicação não só se constitui como uma ação. Ela também se constitui como momento privilegiado de reprodução da realidade social na medida em que é a partir dela (reivindicação) que os grupos sociais se tornam visíveis.

A estética política consiste justamente nisto. O que faz da reivindicação algo social não é o fato de ela ser a manifestação de preocupações reais presentes no cotidiano dos habitantes da região. A reivindicação torna-se social porque é através dela que os indivíduos recuperam uma identidade social. Neste sentido, é interessante observar a maneira como ela se manifesta. Desde que a *Vale* explora carvão mineral em Moatize, as suas relações com a população são marcadas por reivindicações constantes. A *Vale* prometeu construir novas habitações, proporcionar terrenos para a agricultura e providenciar serviços de extensão agrária e pecuária para as populações reassentadas. Já lá vão cinco anos que essas promessas foram “cumpridas”. Desde esse tempo, porém, as populações apresentam de forma assídua reclamações ligadas à qualidade das habitações, à dificuldade de trabalharem os solos e à ausência de condições para a pecuária. Estas reclamações são flanqueadas pela criação de novos polos de descontentamento como

sejam a necessidade de transladação dos cemitérios, compensação por perdas econômicas que resultaram do deslocamento etc. No caso da transladação faz-se recurso às crenças locais que vincam não só uma identidade bem específica das comunidades como também reforçam a sua distância social em relação aos grupos com os quais elas estão em oposição.

A presença da indústria extrativa em Tete e Moatize desencadeia, portanto, processos políticos interessantes. São processos que não reproduzem a política necessariamente como a conhecemos, mas sim como ela é possível num contexto específico. Através da estetização política, as comunidades reassentadas reproduzem uma esfera política que faz uso das reivindicações para acomodar os interesses dos mais fracos num contexto em que os mecanismos “normais” da política seriam insuficientes. Neste sentido, a construção consciente, ou não, da fraqueza serve, curiosamente, como momento que confere poder aos fracos e os torna interlocutores políticos legítimos.

Conclusão

O *boom* dos recursos é uma oportunidade para a África. É também uma oportunidade para a pesquisa, pois cria espaço para perguntas que são de importância central não só para a nossa capacidade de compreender o que permite o desenvolvimento, mas também para desafiar as nossas formas de explicar a mudança histórica e da constituição do mundo social. Embora um corpo considerável de literatura tenha começado a prestar atenção ao *boom* dos recursos, a maior parte dela tende a reciclar debates mais antigos que não parecem confrontar os pressupostos epistemológicos subjacentes ao pensamento do desenvolvimento e pouco fazem para melhorar a capacidade da sociologia de ser um participante válido nestes debates. A nossa proposta de pesquisa envolve política e prática de desenvolvimento, bem como sociologia. Ela

desafia os pressupostos causais e lineares do primeiro no sentido de que o desenvolvimento pode ser engendrado através do tipo certo de políticas. Ela defende a primazia da ação social embutida em contextos locais como a melhor aposta na avaliação de potenciais resultados de desenvolvimento. Fala do silêncio conspícuo da sociologia sobre estas questões, apelando à noção de “mecanismos sociais” como um fator explicativo útil. A relevância deste trabalho é dupla. Em primeiro lugar, o projeto pode contribuir para equipar a sociologia política e a sociologia do desenvolvimento com pressupostos teóricos e analíticos que lhes permitam desenvolver um programa de investigação para o estudo das questões do desenvolvimento que seja desincentivado pela normatividade. Em segundo lugar, ao chamar a atenção para uma forma específica de constituição do político, este trabalho pode ajudar a política e a prática de desenvolvimento a redefinir seu papel no novo contexto que o *boom* de recursos e o surgimento de novos atores produziram.

REFERÊNCIAS

- AAKVAAG, Gunnar C. 2012. Social Mechanisms and Grand Theories of Modernity – Worlds apart? *Acta Sociologica*. 56(3), 199-212.
- ABRAHAMSEN Rita. 2000. *Disciplining Democracy – Development Discourse and Good Governance in Africa*. Zed Books. London.
- ANDREWS, Matt. 2008. The Good Governance Agenda – Beyond Indicators without Theory. *Oxford Development Studies*, 36:4, 379-407.
- BANCO MUNDIAL. 2012. *Strengthening Governance: Tackling Corruption*. The World Bank Group’s Updated Strategy and Implementation Plan. Banco Mundial. Washington, D.C. Disponível em: <http://www.wds.worldbank.org/external/default/WDSPContentServer/WDSP/IB/2012/03/14/00038619420120314010633/Rendered/PDF/674410BR0SecM20Official0Use0Only090.pdf>
- BASEDAU Matthias; MEHLER. Andreas. 2005. *Resource Politics in Sub-Saharan Africa*. Hamburg. IAK
- BASEDAU, Matthias. 2005. Context Matters – Rethinking the Resource Curse in Sub-Saharan Africa. German Overseas Institute (DÜI) (eds.), *Working Papers Global and Area Studies*, Hamburg

- BOTSCHWAY, Francis (ed.). 2011. *Natural Resource Investment and Africa's Development*. Edward Elgar Publishing Limited, Cheltenham.
- BRAUTIGAM, Deborah. 2009. *The Dragon's Gift – The real story of China in Africa*. Oxford University Press. Oxford.
- BRITO Luís de. et al., IESE (eds.). 2012. *Desafios para Moçambique*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos IESE. Maputo.
- BRUNNSCHWEILER, Christa N. and BULTE, Erwin, H. 2006. *The Resource Curse Revisited and Revised: A tale of paradoxes and red herrings*. CER-ETH - Center of Economic Research at ETH Zurich. Working Paper 06/06.
- CHANG, Ha-Joon. 2002. *Kicking away the Ladder – Development strategy in historical perspective*. Anthem Press. London.
- CHANG, Ha-Joon., 2010: *23 Things They Don't Tell You About Capitalism*. Allen Lane. London.
- CHHOTRAY, Vasudha; STOKER, Gerry. 2009. Governance in Development Studies. In: Chhotray; Stoker (eds.), *Governance Theory, Cross-Disciplinary Approach*, 97-119. Palgrave Macmillan. London.
- CHICHAVA, Sérgio; ALDEN, Chris. (eds.). 2012. *A Mamba e o Dragão – Relações Moçambique-China em Perspectiva*. IESE. Maputo.
- COLLIER, Paul. 1997, The Failure of Conditionality. In: Gwin C.; Nelson J. (eds.), *Perspectives on Aid and Development*. John Hopkins University Press. Washington.
- COLLIER, Paul; HOFFLER, Anke. 2004. Greed and Grievance in Civil Wars. *Oxford Economic Papers* 56(4): 563–95.
- CRESWELL, John W. 2007. *Qualitative Inquiry and Research Design – Choosing among five approaches*. Sage. London.
- CZARNIAWSKA, Barbara. 2004. *Narratives in Social Sciences*. Sage. London.
- DEMEULENAERE, Pierre (ed.), 2011: *Analytical Sociology and Social Mechanisms*. Cambridge University Press. Cambridge
- DOORNBOS, Martin 2001. “Good Governance” - The Rise and Decline of a Policy Metaphor? *The Journal of Development Studies*. 37:6, 93-108.
- DUNNING, Thad. 2008. *Crude Democracy: Natural Resource Wealth and Political Regimes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- EASTERLY, William 2006. *The White Man's Burden – Why the West's efforts to aid the rest have done so much ill and so little good*. Penguin Press. New York.
- ELLIOT, Jane 2005. *Using Narrative in Research – Qualitative and quantitative approaches*. Sage. London.
- ESCOBAR, Arturo. 1995. *Encountering Development – The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton University Press. Princeton.
- FERGUSON, James. 1990. *The Anti-politics Machine – “Development”, Depoliticization and Bureaucratic Power in Lesotho*. Cambridge University Press: Cambridge.

- FINE, Gary A. 2010. The Sociology of the Local – Action and its Publics. *Sociological Theory*, 28(4), December, 355-376.
- GARY, Ian; KARL, Terry Lynn. 2003. *Bottom of the Barrel – Africa's Oil Boom and the Poor*. Catholic Relief Services. Washington D.C.
- GEE, James Paul 2011. *How to Do Discourse Analysis – A Toolkit*. Routledge. London.
- HABER, Stephen; MENALDO, Victor. 2011. Do Natural Resource Fuel Authoritarianism? A Reappraisal of the Resource Curse. *American Political Science Review* 105(1): 1–26.
- HEDSTRÖM, Peter; Swedberg, Richard (eds.) 1998. *Social Mechanisms – An analytical approach to social theory*. Cambridge University Press. Cambridge.
- HUMAN RIGHTS WATCH. 2013. O que é uma casa sem comida? A explosão e a reinstalação de minas de carvão em Moçambique. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/mozambique0513port_ForUpload_0.pdf
- JENKINS, Rob 2001. Mistaking “Governance” for “Politics” – foreign, Democracy and the Construction of Civil Society. In Sudipta Kaviraj and Sunil Khilnani (eds.), *Civil Society: History and Possibilities*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JENSEN, Nathan; WANTCHEKON, Leonard. 2004. Resource Wealth and Political Regimes in Africa. *Comparative Political Studies* 37(7): 816–41.
- KARL, Terry Lynn. 1997. *The Paradox of Plenty*. Oil Booms and Petro-States. University of California Press. Berkley
- KRAGELUND, Peter. 2011. Back to BASICS? The Rejuvenation of Non-traditional Donors' Development Cooperation with Africa. *International Institute of Social Studies: Development and Change*, 42:2, 585-607
- LEFTWICH, Adrian. 1994. Governance, the State and the Politics of Development. *Development and Change*. Vol. 25 (1994), 363-386.
- MACAMO, Elísio. 2006a. *Political Governance in Mozambique*. A Report for DFID: London.
- MACAMO, Elísio. 2005. Against ‘Development’. *Codesria Bulletin*, 3,4, Special Issue: Rethinking African Development, p.5-8
- MACAMO, Elísio. 2006b. The hidden Side of Modernity in Africa – Domesticating savage lives. In: Sérgio Costa, J. Maurício Domingues, Wolfgang Knöbl, Josué P. Da Silva (eds.) *The Plurality of Modernity: Decentring Sociology*. München: Rainer Hampp Verlag, p.161-178.
- MACAMO, Elísio. 2009. Afrika durch gute Absichten. In: Anne Ebert, Maria Lidola, Karoline Bahrs, Karoline Noack (eds.): *Differenz und Herrschaft in den Amerikas – Repräsentationen des Anderen in Geschichte und Gegenwart*. Bielefeld. Transcript Verlag. p.129-144
- MACAMO, Elísio. 2012a. “Social Criticism and Protest: The Politics of Anger and Outrage in Mozambique and Angola”, STICHPROBE, *Vienna Journal of African Studies*.

- MACAMO, Elísio. 2012b. *Risk in Africa: Conceptualising risk in contemporary Africa* (edited with Lena Bloemertz, Martin Doevenspeck, Detlef Müller-Mahn). Münster: Lit Verlag.
- MACAMO, Elísio. 2013. The compulsion to do the right thing: Development knowledge and its limits. In: Ulf Engel and Manuel João Ramos (eds.). *African Dynamics in a Multipolar World*. Leiden. Brill.
- MACAMO, Elísio. 2017. O lugar e o papel da crítica social no ‘programa de investigação’ sobre movimentos sociais. In: Luís de Brito (Org.): *Agora eles têm medo de nós! – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012)*. Maputo, IESE.
- MCNEIL, Mary.; MALENA, Carmen. (eds.). 2010. *Demanding Good Governance – Lessons from social accountability initiatives from Africa*. World Bank. Washington D.C.
- MKANDAWIRE, Thandike. 2007: “Good Governance” - The Itinerary of an Idea. *Development in Practice*. 17:4-5, 679-681.
- NANDA, Ved P. 2006. The “Good Governance” Concept Revisited. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*. 603: 269-286
- POPPER, Karl. 1989. *The Poverty of Historicism*. Ark Paperbacks. London.
- PUBLIC EYE AWARDS, 2014. <http://publiceye.ch/en/hall-of-shame> [6/3/2014]
- ROBERTS, Simon. 2013. *Order and Dispute – An Introduction to Legal Anthropology*. Quid Pro Books, Louisiana.
- ROSS, Michael L. 2012. *The Oil Curse: How Petroleum Wealth Shapes the Development of Nations*. Princeton. Princeton University Press.
- ROULAND, Norbert. 1998. *Legal Anthropology* (translated by Philippe G Planel). Stanford University, Stanford.
- SANDBROOK, Richard. 1995. *The Politics of Africa’s Economic Recovery*. Cambridge University Press. Cambridge
- SCHAFFER, Brenda; ZIYADOV, Talleh (eds.). 2012. *Beyond the Resource Curse*. University of Pennsylvania Press. Pennsylvania.
- SCHUBERT, Jon; ENGEL, Ulf ; MACAMO, Elísio (orgs.). 2018. *Extractive Industries and Changing State Dynamics in Africa – Beyond the Resource Curse*. Routledge, London.
- SCOTT, James C. 1998. *Seeing Like a State – How certain schemes to improve the human condition failed*. Yale University Press. New Haven.
- SIMMEL, Georg. 1968. 'Sociological Aesthetics'. In: Peter K. Etzkorn (ed.) *Conflict in Modern Culture and other Essays*. New York: Teachers College. p. 68-80.
- SMITH, Alastair. 2008. The Perils of Unearned Income. *Journal of Politics* 70(3): 1–14.
- SMITH, Benjamin. 2004. Oil Wealth and Regime Survival in the Developing World, 1960–1999. *American Journal of Political Science* 48(2): 232–46.

- SZEFTTEL, Morris. 1998. Misunderstanding African Politics – Corruption and the Governance Agenda. *Review of African Political Economy*. 25:76, 221-240.
- TAYLOR, Ian. 2006. *China in Africa – Engagement and Compromise*. Routledge. London.
- TENBRUCK, Friedrich. (1989). Abschied von der Wissenschaftslehre? In: Weiss, Johannes (org). *Erträge und Probleme der Forschung*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, p. 79-105.
- TILLY, Charles; TARROW, Sidney. 2007. *Contentious Politics*. Paradigm Publishers. Colorado.
- TILLY, Charles. 1997. Parliamentarization of Popular Contention in Great Britain, 1758-1834. In: *Theory and Society*. Kluwer Academic Publishers (publ.).
- TILLY, Charles. 2006. *Contention and Democracy in Europe – 1650-2000*. Cambridge University Press. Cambridge.
- UNECA, 2013: *Africa-BRICS Cooperation: Implications for Growth, Employment and Structural Transformation in Africa*. Addis Ababa, Ethiopia.
- WHITE, Hayden. 1973. *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth Century Europe*. Johns Hopkins University Press. Baltimore MD
- WHITE, Hayden 1987: *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*. Johns Hopkins University Press. Baltimore, MD.
- WORLD BANK. 2012. *Global Partnership for Social Accountability and Establishment of a Multidonor*. Trust Fund. Washington D.C.
- ZIAI, Aram. 2004. *Entwicklung als Ideologie? Das klassische Entwicklungsparadigma und die Post-Development-Kritik – Ein Beitrag zur Analyse des Entwicklungsdiskurses*. Schriften des Deutschen Übersee-Instituts. Hamburg.
- ZIPS, Werner; WEILENMANN, Markus (eds.). 2012. *The Governance of Legal Pluralism – Empirical Studies from Africa and Beyond*. Lit Münster.
- ZORZAL e Silva, Marta. 2004. *A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimento brasileiro*. Editora da UFES. Vitória.

The political aesthetics of protest: resettled communities in Tete, Mozambique

ABSTRACT

This article focuses on the relationship between the presence of the extractive industry in Mozambique and the nature of the political space. It enquires into the political processes that this presence triggers in the local context. These processes consist of claims. The analytical purpose is to show to what extent these political claims produce a specific political form. We call this political form a “political aesthetics” to highlight the importance that the form of political articulation can have in the content that gives substance to the political space. The research from which the article draws adopted an ethnographic and narrative approach with the purpose of anchoring the analysis in the social world of the interviewees and their way of questioning their own lives.

KEYWORDS

Political Aesthetics. Claims. Contention. Resettlement. Social Languages. Social Mechanism. Development.